

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo de círculo, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

23 de Junho de 2006. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, *Luís Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação de Andebol de Portugal, *Luís Fernando Almeida Santos*.

ANEXO I

Acções e cursos a desenvolver no âmbito do programa de formação de recursos humanos

- 1 — Curso de treinadores *mastercoach*.
- 2 — Curso de treinadores — grau 3.
- 3 — Curso de treinadores — grau 3.
- 4 — Curso de treinadores — grau 2.
- 5 — Curso de treinadores — grau 2.
- 6 — Curso de treinadores — grau 1.
- 7 — Curso de treinadores — grau 1.
- 8 — Curso de treinadores — grau 1.
- 9 — Curso de treinadores — grau 1.
- 10 — Curso de treinadores — grau 1.
- 11 — Congresso técnico-científico.
- 12 — Seminário técnico.
- 13 — Seminário técnico.
- 14 — Seminário técnico.
- 15 — Seminário técnico.
- 16 — Seminário técnico.
- 17 — Seminário técnico.
- 18 — Seminário técnico.
- 19 — Seminário de psicologia.
- 20 — Acção de formação de árbitros internacionais jovens (IHF).
- 21 — Curso de árbitros jovens.
- 22 — Curso de árbitros jovens.
- 23 — Curso de árbitros jovens nacional.
- 24 — Curso de árbitros regional.
- 25 — Curso de árbitros regional.
- 26 — Curso de árbitros regional.
- 27 — Curso de árbitros regional.
- 28 — Curso de árbitros regional.
- 29 — Curso de árbitros regional.
- 30 — Acção de actualização para árbitros nacionais.
- 31 — Acção de actualização para árbitros elite (EHF).
- 32 — Acção de actualização para árbitros nacional.
- 33 — Curso de observadores.
- 34 — Curso de observadores (EHF).
- 35 — Curso de oficiais de mesa.
- 36 — Curso de oficiais de mesa.
- 37 — Curso de oficiais de mesa.
- 38 — Curso nacional de oficiais de mesa.
- 39 — Curso nacional de oficiais de mesa.
- 40 — Curso de oficiais de mesa.
- 41 — Seminário de arbitragem.
- 42 — Curso de dirigentes.
- 43 — Acção de actualização nacional de treinadores.

Contrato n.º 1307/2006

Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 179/2006 Formação de recursos humanos

De acordo com os artigos 65.º e 66.º da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, em conjugação com o disposto no artigo 7.º dos Estatutos do Instituto do Desporto de Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio, é celebrado entre:

1) O Instituto do Desporto de Portugal, pessoa colectiva de direito público com sede na Avenida do Infante Santo, 76, 1399-032 Lisboa, com o número de identificação de pessoa colectiva 506626466, aqui representado por *Luís Bettencourt Sardinha*, na qualidade de presidente da direcção, adiante designado como IDP ou primeiro outorgante; e

2) A Federação Portuguesa de Basquetebol, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, com sede na Rua da Madalena, 179, 2.º, 1149-033 Lisboa, com o número de identificação de pessoa colectiva 501240802, aqui representada por *Mário Rui Tavares Saldanha*, na qualidade de presidente, adiante designada por Federação ou segundo outorgante;

um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato-programa

- 1 — Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira, a qual se destina à execução do programa de formação de recursos humanos, junto como anexo 1 ao presente contrato e dele fazendo parte integrante, que a Federação apresentou no IDP e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano.
- 2 — O programa de formação referido no número anterior não contempla a formação de praticantes desportivos.

Cláusula 2.ª

Cursos ou acções de formação a participar

Só serão comparticipados financeiramente os cursos ou acções relacionados com a formação de recursos humanos, designadamente:

- Cursos de treinadores;
- Acções de actualização para treinadores;
- Cursos de árbitros/juízes;
- Acções de actualização para árbitros/juízes;
- Acções de formação para dirigentes;
- Acções de formação de formadores;
- Outras acções de formação de agentes desportivos.

Cláusula 3.ª

Período de execução do programa

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de Dezembro de 2006.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 — A comparticipação financeira a prestar pelo IDP à Federação para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1.ª é de € 100 000.

2 — Qualquer alteração à realização das acções ou cursos de formação indicados no anexo 1 do presente contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita do IDP, com base numa proposta fundamentada da Federação, a apresentar no prazo máximo de 30 dias a contar da decisão da não realização de uma determinada acção ou curso.

Cláusula 5.ª

Disponibilização da comparticipação financeira

1 — A comparticipação referida no n.º 1 da cláusula 4.ª será disponibilizada da seguinte forma:

- a) 30 % da comparticipação financeira no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, correspondente a € 30 000;
- b) O remanescente, até ao valor de € 70 000, será pago à medida que o programa de formação se for concretizando e desde que os relatórios de cada acção ou curso realizado sejam validados pelo IDP, aos níveis técnico e financeiro, e apresentados os respectivos documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, que demonstrem os pagamentos efectuados no âmbito das referidas acções ou cursos.

2 — O(s) primeiro(s) relatório(s) apresentado(s) servirá(ão) para justificar a verba inicialmente disponibilizada (30% do montante global). Logo que o somatório das verbas anunciadas ultrapassar aquele valor, começará a ser disponibilizado o remanescente.

Cláusula 6.ª

Obrigações da Federação

São obrigações da Federação:

- a) Executar o programa de formação de recursos humanos, apresentado no IDP, de forma a atingir os objectivos expressos naquele programa;
- b) Prestar todas as informações, bem como apresentar comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitados pelo IDP;
- c) Apresentar relatórios individuais de cada curso ou acção de formação, até um mês após a sua realização, de acordo com o modelo próprio de relatório definido pelo IDP e já na posse da Federação;
- d) Os relatórios deverão ser instruídos com os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, que demonstrem os pagamentos efectuados no âmbito das acções ou cursos levados a cabo e integrar a documentação técnica, os manuais de formação específicos e respectivos conteúdos;
- e) Criar um centro de custos próprio e exclusivo para a execução do programa de formação de recursos humanos objecto do presente

contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução deste programa de modo a assegurar-se o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;

f) Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação das acções e cursos de formação, bem como nos manuais de formação e documentação técnica em forma de publicação, o logótipo do IDP, conforme regras previstas no livro de normas gráficas;

g) Entregar, até 30 de Novembro de 2006, o relatório final, em modelo próprio definido pelo IDP, o balancete analítico por centro de custo antes do apuramento de resultados e o mapa de execução orçamental relativos à execução do programa de formação de recursos humanos apresentado e objecto do presente contrato;

h) Consolidar nas contas do respectivo exercício todas as que decorram da execução do programa de formação de recursos humanos objecto deste contrato;

i) Apresentar, até 30 de Novembro de 2006, o plano de actividades e orçamento para o ano de 2007 caso pretenda celebrar contrato-programa para esse ano.

Cláusula 7.ª

Incumprimento das obrigações da Federação

1 — O incumprimento por parte da Federação das obrigações abaixo discriminadas implica a suspensão das comparticipações financeiras do IDP:

a) Das obrigações referidas na cláusula 6.ª do presente contrato-programa;

b) Das obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o IDP em 2006 e ou em anos anteriores;

c) De qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2 — O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), c), d) e f) da cláusula 6.ª por razões não fundamentadas concede ao IDP o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa de formação de recursos humanos.

3 — Caso a totalidade da comparticipação financeira concedida pelo primeiro outorgante não tenha sido aplicada na execução do programa de formação de recursos humanos, a Federação obriga-se a restituir ao IDP os montantes não aplicados e já recebidos.

Cláusula 8.ª

Obrigações do IDP

Compete ao IDP verificar o desenvolvimento do programa de formação de recursos humanos que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, nos termos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 9.ª

Revisão do contrato-programa

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 10.ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 30 de Junho de 2007.

Cláusula 11.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, este contrato-programa será publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo de círculo, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

12 de Julho de 2006. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, *Luis Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Basquetebol, *Mário Rui Tavares Saldanha*.

ANEXO I

Acções e cursos a desenvolver no âmbito do programa de formação de recursos humanos

- 1 — Reunião do Conselho Nacional de Formação de Treinadores.
- 2 — Reunião do Conselho Nacional de Formação de Treinadores.
- 3 — Reunião da Rede Nacional de Coordenadores Zonais de Formação.
- 4 — Reunião da Rede Nacional de Coordenadores Zonais de Formação.
- 5 — Reunião da Rede Nacional de Coordenadores Zonais de Formação.
- 6 — Reunião do Conselho Coordenador dos Cursos de Treinadores do nível I.
- 7 — Acção de formação de directores de curso de treinadores do nível I.
- 8 — Acção de formação de formadores regionais do nível I.
- 9 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 10 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 11 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 12 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 13 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 14 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 15 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 16 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 17 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 18 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 19 — Curso de treinadores do nível I (parte curricular).
- 20 — Curso de treinadores do nível II.
- 21 — Curso de treinadores do nível II.
- 22 — Curso de treinadores do nível II.
- 23 — Curso de treinadores do nível III.
- 24 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 25 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 26 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 27 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 28 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 29 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 30 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 31 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 32 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 33 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 34 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 35 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 36 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 37 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 38 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 39 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 40 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 41 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 42 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 43 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 44 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 45 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 46 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 47 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 48 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 49 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 50 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 51 — Acção de complemento de formação (curso do nível I).
- 52 — Acção de reciclagem de treinadores «Formação».
- 53 — Acção de reciclagem de treinadores «Rendimento».
- 54 — Acção de reciclagem de treinadores «Jornada nacional de formação regional».
- 55 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 56 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 57 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 58 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 59 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 60 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 61 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 62 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 63 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 64 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 65 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.

- 66 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 67 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 68 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 69 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 70 — Acção de formação contínua de iniciativa associativa treinadores.
- 71 — Acção de formação de animadores de minibusquete.
- 72 — Acção de formação de animadores de minibusquete.
- 73 — Acção de formação de animadores de minibusquete.
- 74 — Acção de formação de animadores de minibusquete.
- 75 — Acção de formação de animadores de minibusquete.
- 76 — Acção de formação de animadores de minibusquete.
- 77 — Acção de formação de animadores de minibusquete.
- 78 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 79 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 80 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 81 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 82 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 83 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 84 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 85 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 86 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 87 — Curso de juizes estagiários e jovens estagiários.
- 88 — Promoção de árbitros regionais a nacionais de 2.ª categoria.
- 89 — Promoção a oficiais de mesa nacionais.
- 90 — Acção de reciclagem para árbitros nacionais de 1.ª categoria.
- 91 — Acção de reciclagem para árbitros nacionais de 1.ª categoria.
- 92 — Acção de reciclagem para árbitros nacionais de 2.ª categoria.
- 93 — Acção de reciclagem para árbitros nacionais de 2.ª categoria.
- 94 — Acção de reciclagem para comissários.
- 95 — Acção de reciclagem para comissários.
- 96 — Acção de reciclagem para oficiais de mesa.
- 97 — Acção de reciclagem para oficiais de mesa.
- 98 — Candidatura a futuros árbitros internacionais.
- 99 — Candidatura a futuros árbitros internacionais.
- 100 — Acção de formação de juizes — novos talentos.
- 101 — Acção de formação de juizes — novos talentos.
- 102 — Acção de formação de juizes — novos talentos femininos.
- 103 — Acção de formação de juizes — novos talentos femininos.
- 104 — Acção para comissários internacionais.
- 105 — Acção para árbitros internacionais.
- 106 — Acção para instrutores nacionais FIBA.
- 107 — Acção de juizes — uniformização de critérios — provas nacionais.
- 108 — Acção de formação — técnica de arbitragem.
- 109 — Reciclagem de oficiais de mesa.
- 110 — Reciclagem de juizes.
- 111 — Acção de formação de árbitros.
- 112 — Acção de formação para juizes.
- 113 — Acção de formação para juizes.
- 114 — Acção de formação para juizes.
- 115 — Reciclagem de juizes.
- 116 — Reciclagem de juizes.
- 117 — Clinic ABCB.
- 118 — Acção de formação contínua de juizes.
- 119 — Acção de formação contínua de juizes.
- 120 — Acção de formação contínua de juizes.
- 121 — Acção de formação contínua de juizes — as novas regras.
- 122 — Acção de formação contínua de juizes — reciclagem sobre regras.
- 123 — Reciclagem de oficiais de mesa.
- 124 — Reciclagem de árbitros.
- 125 — Acção de formação de juizes — perfil do árbitro — alterações às regras.
- 126 — Acção de formação de juizes — controlo do jogo.
- 127 — Acção de formação de juizes — princípio vantagem/desvantagem.
- 128 — Acção de formação de juizes — comunicação com os outros agentes.
- 129 — Acção de formação de juizes — a definir.
- 130 — Acção de formação — vários.
- 131 — Acção de formação — vários.
- 132 — Acção de formação — vários.
- 133 — Acção de formação — vários.
- 134 — Acção de formação — vários.
- 135 — Acção de formação — a indicar.
- 136 — Acção de formação — a indicar.
- 137 — Acção de formação — a indicar.
- 138 — Acção de formação de juizes — acção de reciclagem.
- 139 — Acção de formação de juizes — acção de reciclagem.

- 140 — Formação de juizes de minibusquete.
- 141 — Formação de juizes de minibusquete.
- 142 — Formação de juizes-colaboradores (Queluz).
- 143 — Formação de juizes-colaboradores (Algés).
- 144 — Formação de juizes-colaboradores (Cascais).
- 145 — Acção de juizes/técnicos.
- 146 — Acção de formação para treinadores — emparelhamento de radicais livres como factor de recuperação física.
- 147 — Acção de formação — a definir.
- 148 — Acção de formação — a definir.
- 149 — Captação de juizes nas escolas.

Contrato n.º 1308/2006

Contrato-programa de desenvolvimento desportivo n.º 218/2006 Formação de recursos humanos

De acordo com os artigos 65.º e 66.º da Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, em conjugação com o disposto no artigo 7.º dos Estatutos do Instituto do Desporto de Portugal, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 96/2003, de 7 de Maio, é celebrado entre:

1) O Instituto do Desporto de Portugal, pessoa colectiva de direito público com sede na Avenida do Infante Santo, 76, 1399-032 Lisboa, com o número de identificação de pessoa colectiva 506626466, aqui representado por Luís Bettencourt Sardinha, na qualidade de presidente da direcção, adiante designado como IDP ou primeiro outorgante; e

2) A Associação Nacional de Treinadores de Voleibol, pessoa colectiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, com sede na Rua de António Pinto Machado, 60, rés-do-chão, sala 2, 4100-068 Porto, com o número de identificação de pessoa colectiva 502073233, aqui representada por Fernando Manuel Paulo Cunha, na qualidade de presidente, adiante designada por ANTV ou segundo outorgante;

um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato-programa

Constitui objecto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira, a qual se destina à execução de uma acção de formação, junta como anexo I ao presente contrato e dele fazendo parte integrante, que a ANTV apresentou no IDP e se propõe levar a efeito no decurso do corrente ano.

Cláusula 2.ª

Acções de formação a participar

Só serão comparticipados financeiramente os cursos ou acções relacionados com a formação de recursos humanos, designadamente acções de actualização para treinadores.

Cláusula 3.ª

Período de execução do programa

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de Dezembro de 2006.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 — A comparticipação financeira a prestar pelo IDP à ANTV para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1.ª é de € 2500.

2 — Qualquer alteração à realização das acções ou cursos de formação indicados no anexo I do presente contrato só poderá ser feita mediante autorização escrita do IDP, com base numa proposta fundamentada da ANTV, a apresentar no prazo máximo de 30 dias a contar da decisão da não realização de uma determinada acção ou curso.

Cláusula 5.ª

Disponibilização da comparticipação financeira

1 — A comparticipação referida no n.º 1 da cláusula 4.ª será disponibilizada da seguinte forma:

a) 30 % da comparticipação financeira no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, correspondente a € 750;